

EXMO. SR. MINISTRO RELATOR LUIZ FUX, DO COLENDO STF

Referência: ACO nº 2.757/RJ

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, nos autos em tela, em que contende com a **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, vislumbrando a existência de **OMISSÃO** e **OBSCURIDADE** na r. decisão que julgou procedente o pedido, vem perante V. Exa., por seus advogados que esta subscrevem, contra ela opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC e nos termos abaixo.

1

## 1. DOS FATOS E DO DIREITO.

Trata-se de ação cível originária proposta para que seja declarado o direito da CEDAE à imunidade do art. 150, VI, “a”, da Constituição e o seu direito à restituição dos valores pagos a título de impostos federais nos cinco anos anteriores à propositura da ação, bem como durante o seu curso.

Em 11.05.2017, foi proferida decisão que julgou procedente o pedido, nos seguintes termos:

*“Ex positis, julgo procedente o pedido formulado na presente ação, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015 e do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do STF, no sentido de reconhecer a aplicação da imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, ‘a’, da CRFB/88) à autora em relação ao patrimônio, aos bens e aos serviços utilizados na prestação dos serviços públicos que realiza; bem como para reconhecer seu direito à repetição dos valores pagos a título de impostos federais nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ação (art. 168 do CTN), bem como aqueles cujos fatos geradores ocorreram durante o seu trâmite, nos limites do que determinado por essa decisão. Ficam prejudicados eventuais recursos e/ou incidentes formulados no feito.”*

*Condene o réu ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 3º, I e II, do CPC/2015.”*

*Data maxima venia, a decisão padece de omissão.*

Isso porque ela não prevê expressamente a atualização dos valores restituídos à CEDAE. Assim, pede a empresa que a omissão seja sanada para reconhecer-se seu direito à repetição dos valores pagos a título de impostos federais nos cinco anos anteriores à propositura da ação e daqueles cujos fatos geradores ocorreram durante o seu trâmite, **devidamente atualizados pela taxa Selic, a partir da data do respectivo recolhimento.**

Ademais, a r. decisão prolatada padece de obscuridade no que tange à fixação dos honorários, obscuridade que também deve ser sanada.

Com efeito, os honorários advocatícios foram fixados em 10% (dez por cento) do **valor da causa**. Ocorre que o Novo CPC assim prevê:

“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

(...)

§ 3º. Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais:

I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos;

II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;

III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;

IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;

V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos.”

Como se vê, o Novo Código determina a fixação dos honorários sobre o **valor da condenação**, e não sobre o valor atribuído à causa.

No presente caso, a r. decisão condenou a União a restituir à CEDAE todos os tributos federais indevidamente pagos nos cinco anos anteriores à propositura da ação e aqueles recolhidos durante o seu curso.

## Sócios – Partners

Sacha Calmon Navarro Coêlho | Misabel de Abreu Machado Derzi  
Igor Mauler Santiago | Valter Lobato | Paula Derzi Botelho | André Mendes Moreira  
Juliana Junqueira Coelho | Eduardo Junqueira Coelho | João Flávio Machado  
Andréa Bedran | Arnaldo Paiva | Mônica Barros | Gabriel Amarante | Guilherme Quintela  
Tiago Conde | Patrícia Gaia | Frederico Breyner | Fernando Moura | Alice Gontijo

**SACHA CALMON**  
**MISABEL DERZI**  
CONSULTORES E ADVOGADOS

Para se tenha uma ideia, apenas a título de IRPJ, a CEDAE recolheu aos cofres federais, nos últimos cinco anos, o montante de aproximadamente **R\$ 1.200.000.000,00** (um bilhão e duzentos milhões de reais).

Portanto, tal obscuridade merece ser sanada, para que os honorários advocatícios devidos pela União sejam fixados entre 1% e 3% do valor da condenação, como determina o art. 85, § 3º, V, do Novo CPC.

## 2. DO PEDIDO.

Ante o exposto, pede a Embargante o provimento destes embargos, para sanarem-se a omissão e a obscuridade apontadas acima.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 22 de maio de 2017.



SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO  
OAB/SP nº 249.347-A



MISABEL ABREU MACHADO DERZI  
OAB/SP nº 255.384-A



IGOR MAULER SANTIAGO  
OAB/SP nº 249.340-A



TIAGO CONDE TEIXEIRA  
OAB/DF nº 24.259

CAROLINA SCHÄFFER F. JORGE  
OAB/SP nº 306.594